



JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 148 • Quarta-Feira, 8 de Junho de 2016 • www.portaldogoverno.co.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



GOVERNO AUTORIZA VENDA DAS ACÇÕES DOS CFM NORTE

○ A medida, aprovada pelo CM, visa modernizar a linha de transporte e logística de mercadoria no norte do país.

Pág. 2



Moçambique vai ratificar Convenção sobre Inspeção

Pág. 4



NA PROVÍNCIA DE TETE
Changara passa a produzir cimento

Pág. 7



EM INHAMBANE
Seis mil famílias recebem DUAT em Jangamo

Pág. 5

Norte do país

GOVERNO AUTORIZA VENDA DAS ACÇÕES DOS CFM

O executivo moçambicano aprovou um instrumento que autoriza a venda, na totalidade, das acções da empresa Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) nas concessionárias do Corredor de Desenvolvimento de Norte, S.A, do Corredor Logístico Integrado de Nacala e da Central East African Railways Company Limited da República do Malawi.

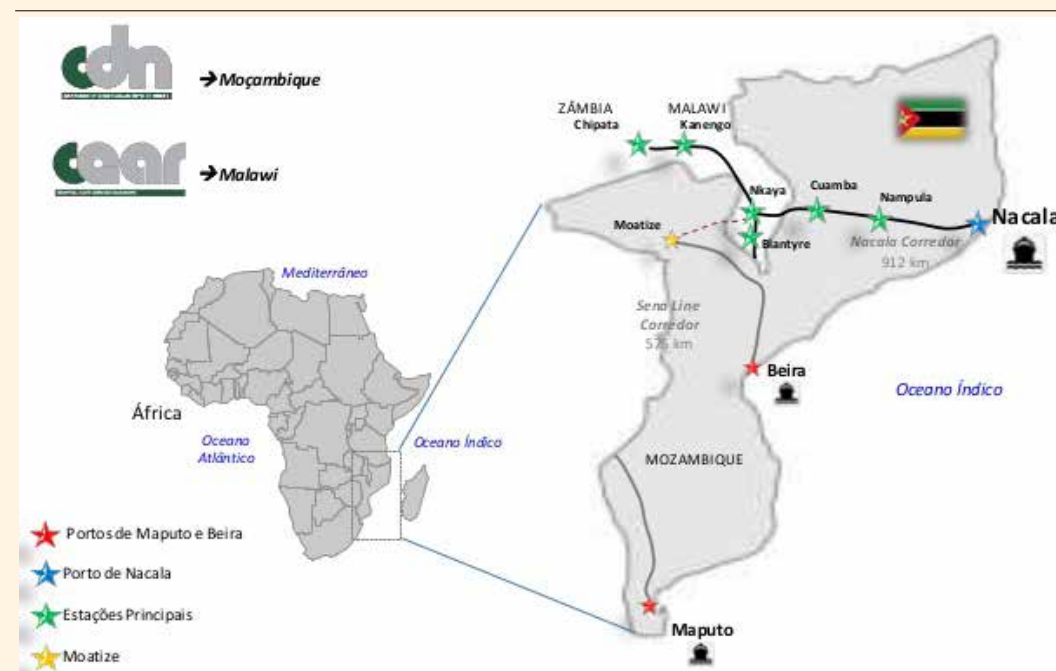
A medida, aprovada na sessão do Conselho de Ministros desta terça-feira, enquadra-se no processo de modernização das linhas e da logística para o transporte de mercadorias no âmbito dos grandes investimentos que se assiste na região norte do país.

Segundo o porta-voz do Conselho de Ministros, Mouzinho Saide, com a venda de acções, espera-se o encaixe, para os cofres do Estado, de cerca de 150 milhões de dólares.

Deste modo, de acordo com Saide, o Estado moçambicano está a concessionar as suas infra-estruturas ferroviárias para torná-las viáveis e modernas.

Mouzinho Saide explicou que foi aprovado, ainda, o acordo directo entre a República de Moçambique e as Concessionárias Ferro-Portuárias do Norte de Moçambique, Corredor de Nacala Desenvolvimento do Norte, S.A. e o Corredor de Logística Integrada de Nacala, S.A.

O governante apontou que a medida visa viabilizar os projectos de investimento no corredor de Nacala, onde se mostra necessária a celebração de acordo directo entre o Governo de Moçambique,



as concessionárias e os agentes representantes dos financiadores, para permitir empréstimo às Concessionárias de Nacala, num montante de 3 milhões de dólares.

"Cerca de 1.954. 874 mil dólares serão investidos em Moçambique e o restante no Malawi", referiu Saide, destacando que "o acordo não cria obrigação financeira ao Governo perante os financiadores visto que os riscos comerciais da operação logística do carvão serão da responsabilidade das concessionárias".

Em relação à transferência do contrato do Porto de Nacala, para outra entidade, com os mesmos accionistas, sem prorrogação do prazo, mantendo os mesmos direitos e obrigações, o Governo pretende modernizar a linha e fazer a integração dos serviços dentro do corredor e criar mais investimentos para operacionalização do transporte do carvão.



CORREIOS DE MOÇAMBIQUE

No âmbito da reestruturação das empresas públicas e participadas pelo Estado, o Governo aprovou, também, acções para a reforma da empresa Correios de Moçambique.

Neste contexto, foram tomadas medidas, nomeadamente, estabelecer parceiras para a criação de Banco Postal para modernizar o pagamento aos pensionistas do Estado, inclusão financeira da população com menor

rendimento, introdução do serviço expresso, parcerias com a MEDIMOC para a gestão e distribuição de medicamentos a nível nacional, a bancarização e postalização rural para facilitar o acesso aos serviços financeiros, modernização das instalações implantadas ao longo do país e flexibilizar a prestação de serviços como a produção do Bilhete de Identificação (BI), registo criminal, passaportes, usando a sua experiência de serviço postal para fazer chegar aos cidadãos.



FÁBRICAS DE CIMENTO NO PAÍS

Ainda na sessão desta terça-feira, o Governo analisou a situação das fábricas de cimento no país.

Segundo o porta-voz do Conselho de Ministros, o país conta com 11 empresas de produção de cimento, com capacidade de produzir 4.087.500 toneladas por ano.

A fonte explicou que a produção nacional registou um aumento

de 9,7 por cento no ano passado, em relação a 2014 e, nos primeiros três meses deste ano, a produção aumentou em 21,6 por cento na sequência da abertura de mais 2 empresas do ramo no país.

"Existem nove fábricas em carteira, a serem construídas nas províncias de Cabo Delgado Nampula, Maputo, Tete, Sofala, brevemente", assegurou Saide.

Situação de emergência

O Conselho de Ministros apreciou a situação da seca no país referente ao período entre 23 de Maio e 03 de Junho corrente.

Dados avançados indicam que não houve mudança em relação à situação da fome, sendo que o Governo continua a realizar as actividades previstas para apoiar a população afectada.

Mouzinho Saide explicou que as pessoas afectadas pela seca recebem ajuda através do programa "Comida pelo Trabalho", distribuição de senhas e também distribuição gratuita de alimentos dependendo do grupo específico, caso de idosos e incapacitados.

Segundo a fonte, neste momento, a situação de insegurança alimentar afecta mais de 1.400 pessoas nas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo, Manica, Tete, Sofala e Zambézia, sendo que, em Maio, foram assistidas mais de 376 mil pessoas em todo o país.

"No mês de Junho está prevista a assistência a 322.975 mil pessoas", acrescentou o

dirigente.

Além da assistência às pessoas afectadas pela seca, Mouzinho Saide destacou que o executivo reabilitou 96 fontes de água, e que a solidariedade interna angariou 15 mil toneladas de alimentos, que segundo ele, são suficientes para assistir a mais de 13 mil pessoas este mês.

Outros temas apreciados

O Conselho de Ministros apreciou, ainda, o decreto que aprova a Adenda ao Contrato de Concessão das Linhas Ferroviárias de Moatize - Malawi (Chinhenhe) e o Ramal Ferroviário de Nacala-a-Velha entre Mossouril e Ponta Namuaxi, aprovada pelo Decreto nº 24/2012, de 13 de Julho.

O decreto que aprova a Adenda ao Contrato de Concessão do Terminal Portuário de Carvão de Nacala-a-Velha, na província de Nampula, aprovada pelo Decreto nº 25/2012, de 13 de Julho e o decreto que aprova a Adenda ao Contrato de Concessão da Linha-Férrea do Norte à Sociedade Corredor de Desenvolvimento do Norte, S.A, aprovada pelo Decreto nº 21/2000, de 25 de Julho.

Segurança social em Cabo Delgado

TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA ADEREM À INSCRIÇÃO

O processo de inscrição de trabalhadores por conta própria de diversas actividades económicas no Sistema de Segurança Social, na província de Cabo Delgado, continua a registar adesão dos interessados, sobretudo após a fase de localização de mais potenciais beneficiários.

Só em Maio passado, 90 trabalhadores deste sector sócio-económico inscreveram-se na delegação provincial do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Cabo Delgado, elevando a cifra para 407, desde o início do processo, em Janeiro deste

ano, a escala nacional.

Para o presente ano, o INSS, em Cabo Delgado, estipulou inscrever 200 trabalhadores por conta própria, cifra já ultrapassada em mais de 200 por cento, graças, em parte, às palestras levadas a cabo pelo sector do Trabalho, Emprego e Segurança Social, junto das empresas e outras unidades de produção, visando a consciencialização de empregadores e trabalhadores sobre a necessidade de se inscreverem no Sistema de Segurança Social para garantir, no futuro, sua assistência social e dos seus dependentes. As acções de sensibilização têm sido nos mercados, feiras

e em outros lugares de maior concentração, incluindo projectos no contexto do associativismo.

Os trabalhadores por conta própria ficam a saber da existência de um instrumento legal que permite a sua entrada no Sistema de Segurança Social e usufruir dos respectivos benefícios, tal como acontece com os trabalhadores assalariados.

Neste contexto, o INSS tem vindo a trabalhar de forma multisectorial para o alcance das metas, particularmente com a Autoridade Tributária na atribuição do Número Único de Identificação tributária (NUIT), parceiros sociais

(empregadores e sindicatos), associações dos trabalhadores informais, Conselhos Municipais e Serviços Distritais de Actividades Económicas.

Dados da área de Segurança Social indicam que, mesmo no sector formal, a inscrição de empresas (contribuintes) e trabalhadores (beneficiários) continua a ser satisfatória.

A título de exemplo, o INSS, em Cabo Delgado, registou, até Maio deste ano, 51 contribuintes e 419 beneficiários, fazendo com que o Sistema de Segurança Social, nesta província, contasse com 3.480 contribuintes e 31.283 beneficiários.

MOÇAMBIQUE VAI RATIFICAR CONVENÇÃO SOBRE INSPECÇÃO DO TRABALHO

- Assegura Ministra Vitória Diogo



A Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, afirmou, esta segunda-feira, em Genebra, na Suíça, que Moçambique irá ratificar, ainda este ano, o Protocolo à Convenção nº 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a Inspeção do Trabalho. Discursando na plenária da OIT, perante delegados

de mais de 180 países membros desta agremiação, que participam na 105ª Conferência Internacional do Trabalho, reunião magna desta instituição das Nações Unidas, Vitória Diogo, que lidera uma delegação tripartida, referiu que o país está a melhorar a capacidade institucional no que diz respeito à inspeção do trabalho, para o cumprimento da legalidade laboral pelo sector privado, e não só. Apontou, como exemplo,

a apreciação positiva, pelo Governo, empregadores e trabalhadores, do referido Protocolo, cuja ratificação terá lugar, ainda este ano, na Assembleia da República.

A governante destacou que o país reafirma o compromisso de proibição do trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas, através do envio, ao Parlamento, do Protocolo à Convenção nº 29, sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, visando, igualmente, a ratificação.

Em relação às outras matérias do seu pelouro, para além da promoção do emprego, formação profissional, resolução de conflitos laborais e segurança social, Diogo disse na plenária que o seu país continuava a pautar pelo diálogo social, mais concretamente por uma busca conjunta de soluções, nomeadamente de forma tripartida, ao nível da comissão consultiva do trabalho, onde o governo, juntamente com os representantes dos empregadores e trabalhadores, reafirma o seu compromisso com o fortalecimento e aprofundamento do diálogo.

Nessa perspectiva, exemplificou o processo de auscultação para a elaboração da futura Política de Emprego no país, que contou com o apoio da OIT, cuja validação pública do anteprojecto aconteceu no dia 30 de Maio de 2016, numa Conferência Nacional presidida pelo Chefe do Estado, com a participação dos representantes dos parceiros sociais e de vários segmentos da sociedade.

O tema escolhido pelo Director-Geral da OIT, Guy Ryder, para o Relatório deste ano é "Iniciativa para o Fim da Pobreza, a OIT e a Agenda 2030". Para a governante, este surge num momento oportuno e crucial da trajectória da grande maioria dos países, sobretudo para os países em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique.

O Relatório, adiantou, "elucida-nos e convida-nos a apropriarmo-nos da Agenda 2030, através da elaboração e implementação de Estratégias Nacionais, onde a criação de mais e melhores empregos materializa o princípio do "trabalho digno".

No quadro da implementação do Programa Quinquenal, o Governo vem desenvolvendo e adoptando políticas e estratégias que têm como referência a Agenda-2025; a Estratégia Nacional de Desenvolvimento; a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica; a política do conteúdo local; assim como o Plano Nacional de Investimento Agrário.

O Sector de Educação, sobretudo na componente da qualificação do capital humano através da formação profissional, tem sido, igualmente, priorizado pelo Governo, pois uma educação de qualidade é um dos factores impulsionadores do desenvolvimento.



Província de Inhambane

SEIS MIL FAMÍLIAS RECEBEM DUAT EM JANGAMO



Mais de seis mil famílias do distrito de Jangamo, na província de Inhambane, receberam, há dias, títulos do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT). Com a entrega de DUAT, o governo pretende regularizar os espaços em uso, para evitar conflitos de terra nas comunidades.

A entrega de DUAT enquadra-se na implementação do programa "Terra Segura", uma iniciativa centrada no combate à ociosidade e aos conflitos de terra.

A cerimónia de atribuição de DUAT aos residentes de Jangamo teve lugar no posto administrativo de Cumbana e foi orientada pelo governador de Inhambane, Daniel Chapo.

Na sua intervenção, o governador desta província destacou que, com a posse dos títulos, as comunidades não devem assumir que têm uma carta para vender a terra, mas sim um documento que lhes dá o direito de usá-la de uma forma racional.

"O nosso Governo quer



garantir a ocupação de terra de forma organizada, daí que estamos aqui, hoje, para, em campanha, e de forma regrada, distribuímos estes títulos à população de Jangamo, e o processo continua em outros distritos", referiu Chapo.

O governador de Inhambane explicou a importância do documento entregue às comunidades, sobretudo porque mesmo em caso de morte dos beneficiários, os herdeiros têm o direito de uso da terra.

O Ministério da Terra, Ambiente

e Desenvolvimento Rural já registou, em Inhambane, cerca de 36 mil parcelas, cujos títulos serão entregues a igual número de famílias.

Segundo o director nacional de Terras e Florestas, no Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento, Simão Joaquim, que participou na cerimónia, explicou que os beneficiários de DUAT são pessoas que ocupam espaços (terra) há algum tempo, porém sem o respectivo registo.

Simão Joaquim destacou que, para o sucesso do programa e

promoção do desenvolvimento rural, integrado e sustentável, rumo à melhoria das condições de vida das comunidades, particularmente a expansão dos serviços básicos, capacitação do capital humano e atracção de investidores, é importante que toda a terra, no país, seja registada, para o conhecimento (oficial) da terra disponível e ocupada, assim como a respectiva finalidade.

Os beneficiários de DUAT saudaram o gesto e reconheceram que esta é uma forma de dar segurança às pessoas desfavorecidas, sobretudo viúvas e mulheres divorciadas. Apontaram que, normalmente, o processo de aquisição do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra é oneroso, tendo em conta a realidade de muitas famílias das zonas rurais.

O Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural destaca que o processo de registo e entrega de DUAT, no âmbito desta campanha, é gratuito e recomenda as comunidades abrangidas a denunciarem a cobrança de valores em caso de ocorrência.

INGC REFORÇA CAPACIDADE DE RESPOSTA À DESASTRES NATURAIS



O Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) continua engajado no reforço institucional da capacidade de resposta aos riscos de desastres naturais. Uma iniciativa ligada a este fortalecimento teve o seu encerramento ontem, a qual foi o culminar da formação de 44 formadores dos Conselhos Técnicos de Gestão de Calamidades provinciais e distritais (CTPGC e CTDGC), bem como dos Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades (CLGRC). Trata-se de um projecto

que o INGC levou a cabo em parceria com a Organização Internacional das Migrações (OIM) e o governo norte-americano, através da Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Na altura, o director-geral adjunto do INGC, Casimiro de Abreu, falando no encerramento que incluiu a entrega de certificados aos formandos, disse que a instituição que representa está firme em desenvolver capacidades de resposta rápida à situações de emergência e a prova disso era aquele grupo que acabava de ter mais uma formação

que deverá ser replicada pelas províncias.

"As matérias ministradas servirão para munir os gestores públicos, a todos os níveis, sobre os aspectos-chave que regem o processo de coordenação, gestão e redução do risco das calamidades", avançou, tendo acrescentado que a expectativa é que aquele constitua o início da criação das capacidades locais para um processo de gestão de risco de desastres descentralizado, eficiente e eficaz, em Moçambique. Por seu turno, o director Regional da OIM, Josiah Ogina, disse que os recém

formados devem servir a nação moçambicana, que tanto precisa, pois é um país que ciclicamente tem sido afectado por desastres naturais.

Por outro lado, ele destacou o trabalho do INGC pelas intervenções que vem tendo ao longo do país como resposta aos vários fenómenos de calamidades.

Já David Bradt, representante do embaixador dos Estados Unidos de América, disse que o seu país continuará a apoiar o Governo moçambicano nestas acções de melhoramento de capacidade de resposta rápida à situação de emergência.



**PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
Nº 780, 1º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Elisete Muiambo, Mavildo Pedro, Leonildo Carlos

Revisão: Marcelino Mahanjane

Maquetização: Januário Magaia



Província de Tete

CHANGARA PASSA A PRODUZIR CIMENTO



O distrito de Changara, a sul da província de Tete, passará a produzir, brevemente, cimento para a construção civil, um projecto orçado em cerca de 10 milhes de dólares norte-americanos e que envolve investidores nacionais e indianos.

O projecto de construção da fábrica já vai bem avançado, com o espaço identificado e, brevemente, será lançada a primeira pedra, enquanto se aguarda pelo desembarque do equipamento.

Segundo a administradora de Changara, Elsa da Barca, a unidade fabril, com a designção de "Biworld Internacional, terá capacidade inicial para produzir 500 mil toneladas de cimento ao ano e deverá ajudar a responder a alta demanda

deste produto ao nível daquela região e no país, em geral.

Devido a falta de industrias de produção deste material em Tete, as empresas de construção civil recorrem ao cimento produzido em Nacala, ou, em alguns casos, importam de países vizinhos, o que torna a actividade onerosa.

Com o potencial minério que aquela região do país possui, sobretudo o calcário, será facil a produção de cimento e a sua disponibilidade no mercado será maior, o que poderá reduzir os custos do sector da construção civil.

Elsa da Barca referiu que a região está aberta para acolher mais investidores nas áreas florestais, minerais e outros e isso vai reduzir o nível de desemprego na região, que conta com um efectivo populacional de 133.273

habitantes, que se didacam essencialmente a actividade agrícola.

Seca não afecta produção de comida

Changara é um dos distritos propensos à seca e estiagem, porém, o sector da agricultura tem vido a lograr bons resultados nos últimos anos, por conta do recurso à rega e o plantio de culturas tolerantes à seca.

Na campanha agrícola 2014/2015 o distrito consehuiu colher 50 mil toneladas de produtos diversos, com destaque para cereais, a base alimentar da população local.

Com a estiagem, a população é "instigada" a produzir hortícolas nas zonas baixas e perto dos riachos, batata-

doce de polpa alaranjada e mandioca, como cultura resistente a seca.

Em relação a campanha agrícola 2015/2016, em curso, Changara planificou produzir produtos diversos em 39.065 hectares, contra 45.635 da campanha anterior. Lavrou ainda 38.859 hectares e semeou sementes diversas em 38.858 hectares, perdeu 846 hectares e colheu produtos diversos em 38.013 hectares.

"Portanto, produzimos milho. Mapira, meixoeira, hortícolas, oleaginosas, feijões, batata-doce, mandioca, cucurbitáceas, frutas e algodão, como cultura de rendimento. Alcançamos 47.577 toneladas, o que representa uma realização de 88,4 por cento. Mas continuamos a sensibilizar a população a produzir em zonas baixas ou mesmo ao longo dos



rios. É por isso que ao longo dos rios Mazoe e Luia, ao invés de água, tem-se hortícolas", referiu.

A região destaca-se também pela produção animal, contando, neste momento, com um efectivo de 48.668 cabeças de gado caprino,

bovino (44.183), ovinos (1.771), suínos (2.562) e 47.739 aves.

Com os problemas da falta de água, derivados sobretudo pela estiagem que assola alguma parte do país, o executivo de Changara está a investir na construção de fontes de água para o abeberamento de

animais, aproveitando o líquido desperdiçado dos fontenários. Aliás, os animais não só apoiam nas actividades agrícolas, mas sobretudo no sustento das famílias. Portanto, quanto saudável for o animal, maior é o valor da venda. E com o dinheiro, a população investe na formação dos seus filhos e na satisfação de demais necessidades.

"A tónica é que os produtores apliquem correctamente os rendimentos resultantes dos negócios para melhorar as condições de vida das famílias. Para o efeito é necessário que se tenha um plano familiar, condição para que as pessoas possam gerir e aplicar o seu dinheiro", explicou da Barca. Frequente são realizados feiras de comercialização dos produtos agrícolas de diferentes comunidades com vista ao intercambio facilitar a aquisição ou troca de produtos escassos numa determinada região.

Mais furos de água

Uma das orientações do Governador de Tete, Paulo Auade, visando colmatar o problema da falta de água nas

comunidades é a construção de furos de água.

"Estamos a trabalhar no sentido de dar mais água, mais vias de acesso e mais escolas às nossas comunidade. Em termos comparativos, em 2014 Changara tinha 347 fontes de abastecimento de água operacionais mas, devido a nova divisão administrativa, que elevou o posto administrativo de Marara a categoria de distrito, em 2015 passou a 195", justifica Elsa da Barca.

Em termos de saneamento, o distrito tem 3.098 latrinas melhoradas e 5.362 tradicionais. Ainda assim, a população é sensibilizada a construir e usar correctamente as latrinas de modo a evitar a eclosão de doenças diarreicas.

Ainda no contexto da prevenção de doenças, a administradora assume o papel de instruir as comunidades a usar correctamente as redes mosquiteiras, a limpar os charcos de água onde habitam os mosquitos anófeles; queimar o lixo e a dirigir-se ao posto de saúde quando a tosse for prolongada, pois, pode ser tuberculose.

Quanto à doença do Sida, casamentos e gravidezes precoces, os líderes comunitários, religiosos e a sociedade civil assumem papel de relevo na desmistificação de mitos sobre estas materias.

Elsa da Barca dirige o distrito de Changara desde Novembro último, foi transferida do distrito Moatize, também na província de Tete, onde trabalhou de 2013 a 2015.

"O distrito de Moatize foi uma surpresa, mas agradável, porque depois de dirimidos muitos conflitos laborais no Ministério de Trabalho, geri o processo de reassentamento motivada pelas actividades de empresas mineração. Mediei o conflito entre o Estado moçambicano, sociedade civil e sector privado", recorda.